

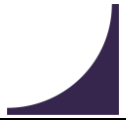
**Relatório de Gerenciamento de  
Riscos – Pilar 03  
4º Trimestre 2021**



---

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Princípios do gerenciamento de riscos - OVA (a).....</b>	<b>2</b>
<b>2.1 Metodologia do gerenciamento de risco .....</b>	<b>3</b>
<b>2.2 Estrutura de Gerenciamento de Riscos .....</b>	<b>4</b>
<b>3. Governança - OVA (b) .....</b>	<b>4</b>
<b>4. Disseminação da Cultura de Riscos - OVA (c) .....</b>	<b>5</b>
<b>5. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos - OVA (d) .....</b>	<b>6</b>
<b>5.1 Risco de Crédito .....</b>	<b>6</b>
<b>5.2 Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros .....</b>	<b>8</b>
<b>5.3 Risco de Liquidez.....</b>	<b>8</b>
<b>5.4 Risco Operacional.....</b>	<b>9</b>
<b>6. Processo de reporte de riscos ao CA e diretoria - OVA (e).....</b>	<b>9</b>
<b>7. Teste de Stress - OVA (f).....</b>	<b>10</b>
<b>8. Estratégias de mitigação - OVA (g) .....</b>	<b>10</b>
<b>9. Gerenciamento de Capital – OVA (h) .....</b>	<b>11</b>
<b>9.1 Planejamento Estratégico e Orçamentário .....</b>	<b>11</b>
<b>9.2 Projeção de Capital .....</b>	<b>11</b>
<b>9.3 Plano de Capital e Contingência de Capital .....</b>	<b>11</b>
<b>9.4 Índice de Basileia .....</b>	<b>12</b>



## 1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo divulgar com transparência as informações sobre o gerenciamento de riscos do conglomerado prudencial (“Voiter”) e atender as determinações do Banco Central do Brasil, conforme Circular 3.930.

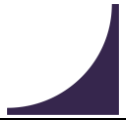
Em 2019, o conglomerado iniciou uma ampla transformação do Banco, com a mudança no grupo de controle, a eleição da nova Diretoria e a redefinição da estratégia de crescimento. A reorganização societária, anunciada em junho de 2020, faz parte da estratégia de segregar as atividades do Banco com características e modelos distintos em sociedades diferentes, de modo que cada negócio possua seu próprio posicionamento estratégico, com o desenvolvimento de relacionamentos em seus respectivos mercados de atuação, além de foco exclusivo dos respectivos gestores e orçamento independente.

A ideia é segregar os negócios, tendo uma holding controladora, a holding NK 031 Empreendimentos e Participações S.A., para separar os ativos:

- o novo banco, mais enxuto, com a marca **Voiter**, passa a ser um banco de atacado, oferecendo soluções de serviços e crédito a empresas de médio e grande porte. O Voiter potencializa sua capacidade de concessão de crédito através do mercado de capitais e de parcerias com investidores, mirando também startups, que são carentes de linhas de crédito;
- o **Letsbank**, focado no atendimento a pequenas e médias empresas, é uma plataforma totalmente digital que oferece serviços financeiros transacionais, incluindo conta corrente, pagamentos, cobrança e emissão e credenciamento de cartões; e
- a carteira do legado, com créditos antigos não alinhados à nova estratégia, créditos fiscais e outros bens, como imóveis. Ao longo do tempo, poderá usar sua experiência de crédito e execuções para comprar créditos no mercado.

### Principais Indicadores

<b>Índice de Basiléia</b>	<b>Patrimônio de Referência</b>	<b>RWA - Ativos Ponderados ao Risco</b>
<b>10,4%</b>	<b>R\$ 358.949 milhares</b>	<b>R\$ 3.460.155 milhares</b>



---

## **2. Princípios do gerenciamento de riscos - OVA (a)**

As atividades do Voiter Consolidado envolvem assumir riscos de forma orientada e gerenciá-los profissionalmente para que sejam parte integrante das decisões estratégicas da instituição. Desta forma o gerenciamento de riscos é uma das atividades essenciais do Conglomerado, com objetivo de manter a excelência e sustentabilidade na relação com clientes, parceiros, acionistas e colaboradores.

O Conselho de Administração é o órgão máximo no que diz respeito a estrutura da gestão de risco e definição do apetite a risco. A instituição ainda conta com comitês formados pela alta direção com o objetivo de acompanhar e avaliar a adequação da gestão de risco as diretrizes e limites estabelecidos e um CRO (Chief Risk Officer), aprovado pelo Conselho de Administração, responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos.

Os processos são construídos de forma a garantir que gerenciamento de riscos permeie todas as etapas de decisão do conglomerado garantindo o alinhamento estratégico de suas atividades ao apetite a risco deliberado pelo Conselho de Administração e a adequação da estrutura de riscos. Além da participação nos comitês específicos para a discussão de assuntos relacionados a risco, o CRO tem participação obrigatória em todos os ambientes de tomada de decisão estratégicas, como, por exemplo, o Comitê Executivo e o Comitê de Produtos.

Um dos valores do conglomerado é a excelência na execução que visa garantir atender as necessidades de seus clientes da forma otimizada e em conformidade com todas as regulações, políticas internas, melhores práticas e padrões éticos. Para atingir este objetivo, a independência da estrutura de gerenciamento de riscos em relação as áreas de negócio é ponto fundamental garantindo que não haja conflito de interesse em suas atividades de identificação, apuração, monitoramento e reportes aos órgãos e alçadas competentes.

Outro princípio fundamental é a cultura de risco. O gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos os colaboradores do conglomerado e deve estar presente em todas as atividades do conglomerado. Com este objetivo, adicionalmente a divulgação das políticas de gerenciamento de riscos, a disseminação da cultura é realizada através de treinamentos, fóruns e canais internos de comunicação.

As políticas de gerenciamento integrado de riscos garantem uma estrutura de controle compatível com as operações, produtos e serviços, além de ser capaz de mensurar a exposição aos riscos e garantir que estes sejam gerenciados, identificados, analisados, controlados e reportados de maneira eficiente e eficaz. Essas políticas estão em conformidade com as estratégias da Instituição, formalizadas na



Declaração de Appetite por Riscos (RAS – “Risk Appetite Statement”) e legislação vigente – Resolução CMN 4.557.

Ademais, a Auditoria Interna é responsável pela revisão independente de gestão de riscos e do ambiente de controle.

## 2.1 Metodologia do gerenciamento de risco

A Instituição considera o gerenciamento de riscos como um processo dinâmico, contínuo e interativo, que contempla toda a organização. Neste intuito, a gestão integrada de riscos deve estar incorporada aos processos de planejamento da Instituição, visando um processo contínuo de evolução nos controles, conforme as etapas abaixo:



- **Plano Estratégico e Orçamentário:** Esta etapa visa definir os objetivos estratégicos da Instituição, estabelecendo as iniciativas para sua execução.
- **Identificação dos Riscos:** Esta etapa visa identificar os riscos aos quais as atividades da Organização estão sujeitas, abrangendo a análise e classificação dos negócios e produtos contemplando aqueles quantificáveis e não quantificáveis (qualitativos).
- **Apetite à Riscos:** Após estabelecido o plano estratégico e identificado os riscos, etapa visa definir o apetite por riscos da Instituição e os limites operacionais.
- **Mensuração:** Etapa que quantifica as possíveis perdas da Instituição, considerando as perdas esperadas e não esperadas, em situações normais de mercado e em cenários de estresse (por meio de stress testing), realizando projeções de demonstração de resultados, balanço e capital regulatório.
- **Mitigação:** Apresenta os meios de redução dos riscos através de medidas que diminuem as chances de ocorrer eventos inesperados e/ou caso ocorram, minimizar o impacto causado. Algumas dessas medidas são: controles internos, utilização de garantias reais, fiduciárias, hedges.
- **Gestão de Capital:** Após analisados os resultados, verifica-se a otimização do capital utilizado e o alinhamento com a estratégia de negócios da Instituição e com seu apetite de risco.



- **Monitoramento e Reporte:** Esta etapa visa realizar de forma contínua o acompanhamento da aderência as diretrizes e limites definidos no apetite de riscos versus a estratégia de negócios da Instituição e seu respectivo reporte as alçadas estabelecidas.

## **2.2 Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Conglomerado Voiter está em conformidade com as práticas de governança corporativa da Instituição e busca o cumprimento da regulamentação vigente e o alinhamento às melhores práticas de gerenciamento de riscos.

Para suportar o modelo de negócio o conglomerado conta com estruturas de análise, modelagem e recuperação de crédito, uma equipe estruturação e distribuição, mesas de gestão de risco de mercado, e times especializados no segmento do agronegócio e no segmento de serviços financeiros.

A estrutura de gerenciamento de riscos atua de forma consultiva na definição de modelos de risco e apetite a risco, assessorando a alta direção e o Conselho, estabelece os processos adequados para a identificação, apuração, monitoramento e reporte dos riscos com a tempestividade adequada e atua na disseminação da cultura e conhecimento sobre o gerenciamento de riscos. Os principais riscos gerenciados são:

- ✓ Risco de Crédito
- ✓ Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros
- ✓ Risco de Liquidez
- ✓ Risco Operacional
- ✓ Gerenciamento de Capital

## **3. Governança - OVA (b)**

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição do Apetite a Risco, das diretrizes de risco, aprovação das políticas e avaliação da adequação da estrutura de riscos. O Comitê de Riscos tem a função de assessorar o Conselho de Administração nas suas responsabilidades de forma consultiva e acompanhar a execução da gestão de riscos em conformidade as diretrizes e limites definidos.

A estrutura de gerenciamento de riscos é liderada pelo CRO (Chief Risk Officer), instituído pelo Conselho, e tem a responsabilidade de assessorar os órgãos competentes na tomada de decisão,



identificar, apurar, monitorar e reportar as métricas de risco e atuar na disseminação da cultura de risco.

Ademais foram constituídos comitês específicos para deliberação e acompanhamento do gerenciamento de riscos:

- Comitê de Riscos Operacionais, Compliance e PLD/ CFT
- Comitê de Caixa

Para o gerenciamento do risco de conformidade, o Voiter adota o modelo de três linhas de defesa, sendo:

- ✓ 1ª Linha de Defesa: Atividades de Negócios e Operacionais

Os gestores de negócio, de suporte e operacionais devem ser os responsáveis primários por identificar, avaliar, tratar, controlar e reportar os riscos de suas áreas, de forma alinhada às diretrizes internas, regulamentações, políticas e procedimentos aplicáveis.

- ✓ 2ª Linha de Defesa: Atividades de Compliance, Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Atuam de forma independente das áreas de negócio como facilitadoras na implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos e metodologia de Controles Internos e Compliance. São responsáveis também por testar e avaliar a aderência à regulamentação, políticas e procedimentos, mantendo padrões de integridade alinhados aos princípios, diretrizes e apetite ao risco adotados pela Instituição e reportando sistemática e tempestivamente à Alta Administração os resultados de suas análises em relação à conformidade.

- ✓ 3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem o papel de fornecer aos órgãos de governança e à Alta Administração avaliações abrangentes, independentes e objetivas relativas aos riscos da Instituição. A independência da atuação desta linha permite que esta revise de modo sistemático a eficácia das duas primeiras linhas de defesa, contribuindo para o seu aprimoramento.

#### **4. Disseminação da Cultura de Riscos - OVA (c)**

As políticas e procedimentos internos são divulgados e disponibilizados para consulta a todos colaboradores. Adicionalmente, a disseminação da cultura é realizada através de treinamentos, fóruns e canais internos de comunicação.



O conglomerado dispõe de canal de comunicação de eventos de risco operacional, conforme definidos na Res. CMN 4.557/17. Todos os colaboradores, inclusive terceiros, tem a responsabilidade de comunicação dos eventos de risco.

## **5. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos - OVA (d)**

### **5.1 Risco de Crédito**

De acordo com a Resolução nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros;
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A definição de Risco de Crédito compreende, entre outros:

- O Risco de Crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros;
- O Risco País: Possibilidade de perdas decorridas de tomadores localizados fora do país, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito deve possibilitar a instituição: Identificação, Mensuração, Controle e Mitigação de Riscos, além de definir procedimentos e rotinas consistentes, que





possibilitem a gestão integral do Risco de Crédito a adequação ao apetite a risco e as particularidades de cada segmento durante todo o ciclo de crédito.



### **Concessão**

O processo de concessão se inicia na classificação setorial, atribuição de rating, aprovação de limites, definição de grupo econômico das contrapartes e finaliza na efetivação da concessão das operações com sua devida formalização e registro.

A área de crédito é responsável pelo processo de análise, classificação setorial e aplicação da metodologia de rating. O Comitê de Crédito é responsável pela aprovação dos limites das contrapartes conforme alçadas definidas pelo Conselho de Administração.

### **Monitoramento**

O processo de monitoramento é de responsabilidade de estrutura de gerenciamento de risco de crédito e envolve toda a vida da operação até sua liquidação. Ele é composto pelo cálculo de provisões, utilização de mitigadores, monitoramento da qualidade creditícia das contrapartes, testes de stress, avaliação independente dos modelos de concessão (Backtest) e o monitoramento e reporte das visões de concentração e aderência aos limites da RAS.

### **Cobrança e Recuperação**

Os procedimentos de cobrança são caracterizados por estratégias de cobrança judicial e extrajudicial, tais como: envio de notificações, protesto, inclusão do cliente em órgão de proteção ao crédito, ajuizamento de ação de execução, requerimento de falência, além de outras medidas que se fizerem necessárias à recuperação dos créditos em atraso. Os ativos problemáticos são de responsabilidade de estrutura independente, Créditos Especiais.



## 5.2 Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros

Risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição provenientes da variação de taxa de juros, preço de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

Risco de Taxa de Juros é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos da taxa de juros no capital e nos resultados para instrumentos classificadas na carteira bancária.

A carteira do conglomerado está dividida em Trading Book e Banking Book:

- Trading Book – São consideradas neste grupo as posições destinadas para a revenda, baseadas em movimento de preços e posições para arbitragem de preços: operações de commodities, derivativos com clientes (Ex: NDF) e seus respectivos hedges.
- Banking Book - Deverão constar neste grupo todas as operações que não estão consideradas no trading book e seus respectivos hedges.

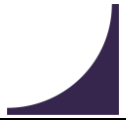
As principais ferramentas e medidas para gerenciamento do risco de mercado são:

- VaR (*Value at Risk*): medida estatística que estima a perda potencial máxima em condições normais de mercado dentro de um determinado horizonte de tempo;
- Teste de Estresse: cálculo do comportamento da carteira de ativos, passivos e derivativos em condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas);
- Análise de Sensibilidade; e
- Risco de Taxa de Juros.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é responsável pelo processo de identificação, mensuração, monitoramento e reporte das métricas de risco e aderência aos limites definidos na RAS.

## 5.3 Risco de Liquidez

Entende-se por risco de liquidez, conforme a Resolução n.º 4.557/17, a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.



Voiter Consolidado possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente, a qual estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades adotados na gestão do risco de liquidez do Voiter Consolidado, em conformidade às práticas de controle do risco de liquidez de que trata a Resolução n.º 4.557/17.

Estes critérios e procedimentos determinam uma reserva de liquidez, que deve ser alocada em títulos de alta liquidez, suficiente para manter as operações e obrigações da instituição em um cenário de Stress de Fluxo de Caixa. A área de Gerenciamento de Riscos fica responsável pelo monitoramento de forma independente da liquidez da instituição, incluindo o monitoramento do fluxo de caixa, o teste de stress e o perfil de liquidez.

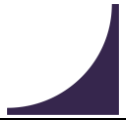
#### **5.4 Risco Operacional**

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Nessa definição inclui-se o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Em atendimento aos requisitos legais e alinhado às melhores práticas de mercado, implementou uma estrutura para gerenciamento do risco operacional, composta por um conjunto de políticas, procedimentos e ações permeadas pela filosofia de melhoria contínua. Seu monitoramento é realizado através dos eventos de risco reportados pelos colaboradores e perdas incorridas contabilizadas. Os eventos são acompanhados pela estrutura de gerenciamento de risco de operacional e reportados ao Comitê de Riscos Operacionais, Compliance e PLD/ CFT.

#### **6. Processo de reporte de riscos ao CA e diretoria - OVA (e)**

O processo de apuração, monitoramento e reporte das métricas e aderência aos limites é realizado pela estrutura de gerenciamento de riscos. Os resultados são reportados ao Comitê de Riscos, Conselho de Administração e demais áreas e fóruns competentes de forma periódica e tempestivamente em caso de exceção, conforme alçada.



## 7. Teste de Stress - OVA (f)

O Teste de stress é uma avaliação prospectiva do impacto de eventos adversos no resultado, liquidez e capital.

O cenário de stress pode ocorrer por diversos fatores de difícil previsão, estes fatores podem ser macroeconômicos ou idiossincráticos. A elaboração do cenário é suportada em eventos históricos e prospectivos com apoio de métricas divulgadas pelo mercado e aprovada pelo Comitê de Riscos. São avaliados variáveis como inadimplência, spreads comerciais, acesso a funding, variáveis de risco de mercado e despesas.

Os resultados são reportados ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração. As informações geradas são utilizadas no processo de decisões estratégicas do conglomerado.

## 8. Estratégias de mitigação - OVA (g)

**Risco de Crédito:** São aceitos como garantia recebíveis, bens móveis, imóveis, lavouras e aplicações financeiras, os quais são caucionados, alienados, hipotecados ou penhorados em favor do banco pelos clientes tomadores de recursos. Estas garantias poderão servir como uma forma de recuperar ou minimizar as perdas decorrentes das eventuais inadimplências nas operações de crédito.

**Risco de Mercado e risco de taxa de juros:** O Conglomerado opera com instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua política de gestão de riscos, com o objetivo de proteção ("hedge") contra riscos de mercado, mitigando exposições decorrentes principalmente de flutuações das taxas de juros, commodity e cambial. Os instrumentos derivativos utilizados destinam-se a administrar a sua exposição global, a atender às necessidades de seus clientes. A tesouraria tem a responsabilidade de fazer a gestão do risco de taxa de juros e o risco de mercado provenientes destas posições. As operações de derivativos utilizadas são: swaps, de moeda, operações em mercados futuros, termos e opções.

**Risco de Liquidez:** O principal mitigador de risco de liquidez é a manutenção de um caixa disponível suficiente para suportar os negócios do conglomerado em um cenário de stress, adicionalmente são realizadas ações visando diversificação de fontes, prazos e instrumentos de funding.

**Risco Operacional:** a mitigação do risco operacional é realizada através do desenvolvimento de controles baseados nos eventos de risco operacional, mapeamento de processos e, conseqüente, matrizes de risco realizados pelo time de controles internos.



---

## **9. Gerenciamento de Capital – OVA (h)**

### **9.1 Planejamento Estratégico e Orçamentário**

O planejamento estratégico é a base para as tomadas de decisões do Conglomerado, a partir dele são definidas as metas e estratégias de negócio da instituição, que por sua vez, servem de base para o planejamento orçamentário e as projeções de capital.

A área de finanças faz a elaboração do planejamento orçamentário consolidando as projeções de receita, carteira e serviços junto as áreas comerciais e, também, as projeções de despesas e provisões junto as áreas de suporte e controle. Nas projeções são observados, no mínimo, Margem Financeira, Receita de Serviços, Despesas Operacionais, Provisões Tributárias, Provisões de Crédito e Saldo de Carteira.

A apuração orçamento versus realizado é feita periodicamente pela área de Finanças. O resultado é reportado a gestão, incluindo diretoria e superintendências (de negócio e suporte), onde são discutidos os objetivos atingidos e não atingidos, e os motivos para tal.

### **9.2 Projeção de Capital**

A área de riscos é responsável por projetar o capital disponível, o capital alocado conforme o planejamento orçamentário e as necessidades de aporte ou sobra de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos é responsável pela atualização da projeção de capital refletindo as informações do pipeline comercial e as reavaliações de projeção de resultado da área de finanças. Também são elaboradas projeções para diferentes cenários conforme as possibilidades de evolução do negócio. Estas projeções são acompanhadas pelo Comitê Executivo, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração garantindo que todas as decisões tomadas pela gestão considerem as necessidades de capital.

### **9.3 Plano de Capital e Contingência de Capital**

O Plano de capital tem como objetivo realizar a projeção do capital necessário para suportar a evolução dos negócios conforme o planejamento estratégico para um horizonte de três anos. Além da projeção



no cenário esperado, o plano deve incluir análise de sensibilidade e, caso necessário, prever possíveis ações de enquadramento dos níveis de capital dentro do apetite a risco do Conglomerado.

A aprovação do Plano de Capital é responsabilidade do Conselho de Administração. O Comitê de Riscos tem a função de assessorar o Conselho nos assuntos referentes a gestão de capital.

## 9.4 Índice de Basileia

Ao longo de 2021 o Conselho de Administração aprovou aporte de capital de R\$ 112,0 milhões, que somados com o aporte de capital de R\$93,0 milhões, aprovado em dez/20 e homologado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2021, totalizaram aumento de capital de R\$ 205,0 milhões.

Com isso, o Índice de Basileia atingiu 10,4% em dezembro de 2021 (9,5% em dezembro de 2020), acima dos limites regulatórios vigentes na data.

Limites Operacionais (Basileia III)   R\$ mil	dez-21
PL	476.100
Resultado	-9.233
<b>PL pós Resultado</b>	<b>466.867</b>
<hr/>	
Ajuste I - Ágios Pagos	264
Ajuste II - Ativos Intangíveis	5.751
Ajuste VIII - Créd Trib Prej Fiscal CSLL	55.840
Ajustes V - Créd Trib de Dif. Temp	46.063
<b>Ajustes Prudenciais</b>	<b>107.919</b>
<hr/>	
Nível I	358.949
<hr/>	
Nível II	0
<hr/>	
Patrimônio de Referência (PR)	358.949
Excesso Recursos Ativo Permanente	0
<b>PR para Comparação com o RWA</b>	<b>358.949</b>
<hr/>	
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>3.460.155</b>
<b>RWA Risco de Crédito</b>	<b>2.672.476</b>
<b>RWA Risco de Mercado</b>	<b>708.729</b>
<b>RWA Risco Operacional</b>	<b>78.950</b>
<hr/>	
<b>Índice de Basileia</b>	<b>10,4%</b>

